

Soberania africana é o mais importante

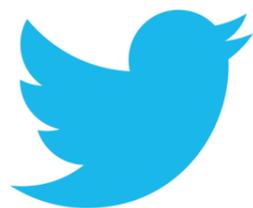
Ainda que fosse uma agenda, primeiro documento da comissão sugere intervenção no Estado sul-africano

“Intervenção na República da África do Sul”, assim estava escrito no artigo dois do primeiro documento redigido pela China, Israel e Suíça. O argumento foi sustentado e aceito por uma maioria rapidamente, deixando em evidência a questão durante o resto do debate. “É necessário um documento plausível”, afirmou Reino Unido no discurso que deu início às críticas à suposta ameaça sobre a soberania africana. O início da discussão foi pacífico, com poucas farpas trocadas. No geral, os discursos foram semelhantes sobre a necessidade de uma resolução rápida para o problema apontado. A exceção dessa aparente tranquilidade na comissão era a delegada da

África do Sul, a qual fez uma referência direta a um preso político. “Governos precisam de mãos fortes”, afirmou Estados Unidos após longa defesa perante os ataques diferidos pela AAM (Anti-Apartheid Movement) e URSS. Durante a sessão, os EUA foram bastante criticados. O representante da Índia, logo depois de ressaltar a ditadura da minoria branca, apontou o racismo do governo americano. Em meio tempo, a Nigéria reforçou o posicionamento da África do Sul, lembrando que nem o próprio Estado sul-africano consegue conter o Apartheid. O segundo documento foi feito com cuidado para manter o respeito da soberania

africana, tendo em vista a polêmica gerada pelo primeiro. Ainda assim, China e URSS começaram a se atacar incansavelmente durante um debate informal que discutia a questão dos embargos e do Apartheid nos esportes, mencionado no documento dois. “A senhora delegada Soviética poderia deixar que outros falem”, disse a delegada chinesa durante tal conflito.

Por Laura Daflon



Siga-nos no twitter!
@alahramonujr



Quinta-feira, 20 de Novembro de 2014

A influência da indústria bélica e a proteção civil

Soberania econômica, o dever de proteção dos civis pelos Estados e o perigo das milícias armadas entram em pauta nas primeiras discussões da Assembleia Geral.

A primeira sessão da Assembleia Geral das nações unidas trouxe discursos embaixados na posição dos países quanto a questões econômicas, políticas e culturais. A representante da Coreia do Norte afirmou seu enorme desprazer de estar presente devido sua interpretação da polaridade que tem ocorrido no cenário internacional. Afirmando também que seu país lida com a constante tentativa de intervenção ocidental além da disparidade de tratamento existente nos órgãos supranacionais e que o ocidente cada vez mais intensifica-a.

O representante palestino atentou para o problema de sua proteção bélica. O mesmo realiza poucas transações internacionais devido ao pouco reconhecimento que essa nação tem diante das demais além dos embargos que sofre. Em contraste demonstrou o desequilíbrio existente quando Israel tem amplo apoio, econômico primordialmente. Posteriormente a discussão se focou no âmbito da regularização internacional de armas leves. Os representantes da Alemanha, Rússia e EUA, destacaram a necessidade da economia bélica para seus países e para o cenário mundial. Uma reformulação cautelosa nos tratados sobre armas leves foi defendida pela Alemanha.

O representante russo atentou que seu país se interessa em políticas que não sejam exacerbadas, tendo em vista a necessidade da fabricação de armas para seu desenvolvimento econômico e, dessa forma, adotaria regulamentações que levassem em conta a soberania das nações. Os Estados Unidos da América ressaltaram que se faz necessário um esforço conjunto e coletivo para superar o problema do tráfico ilegal de armas. Contrapondo-se à posição dos principais países exportadores de armas, Bielorrússia e Venezuela afirmaram que parte da responsabilidade sobre qual fim se dá às armas exportadas é, sim, dos países que as produzem. A falta de regulamentação eficiente e o próprio comércio legal geram aumento do crime organizado e faz com que as armas cheguem às mãos de milícias e extremistas, segundo a representante bielorrussa.

A delegação canadense afirmou que “armas tiram vidas” de forma a reiterar seu discurso que o porte e a comercialização de armas leves são perigosos. No entanto, a mesma teve a obrigatoriedade do registro federal de armas encerrada em 2012. O Egito, que não é signatário do tratado de armas (ATT) defendeu que o uso delas, em seu país, ocorre por parte do governo para a proteção da sociedade civil e almeja

que fiscalizações concisas que evitem o fluxo ilegal de armas sejam discutidas, de forma a evitar que confrontos civis se transformem em guerras internas com enfrentamento bélico.

Por Julia Rodrigues



Delegado da Palestina

Coreia do Norte é alvo de críticas na primeira sessão

Na tarde desta quinta-feira, o terceiro comitê da Assembleia Geral começou a debater o tema da prática de tortura e execuções arbitrárias ou extrajudiciais.

Durante a primeira sessão do terceiro comitê da Assembleia Geral, foi redigido um documento de trabalho com propostas que geraram certo desagrado em alguns delegados. A cláusula 1.2, que propunha a temática da religião, foi alvo de altas críticas da representante da República Democrática Popular da Coreia. A delegada chegou a chamá-la de ridícula e a pedir que alterações fossem feitas ao documento apresentado. Caso contrário, requisitou que um novo documento fosse feito.

Diante da declaração do delegado francês de que o imperialismo havia terminado há mais de 200 anos, a encarregada norte-coreana lembrou a todos os presentes da tentativa de recolonização do Laos, Camboja e Vietnã executada pela França não muito tempo atrás. No entanto, a delegada do Canadá, alinhando-se aos franceses, comentou sobre as práticas de tortura extremas feitas pela Coreia do Norte em civis.

Por **Matheus Nobrega**

Israel declara ter posses de armas nucleares

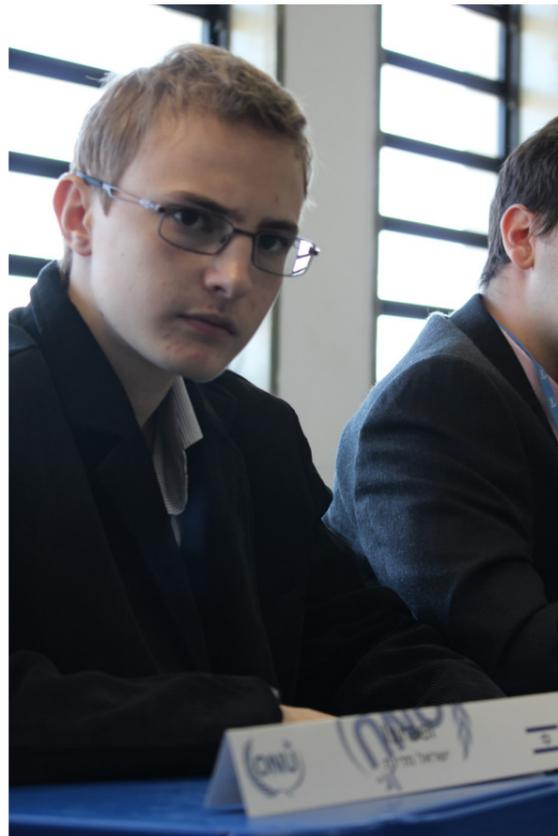
O representante do estado israelense tenta intimidar países com ideologias divergentes

No primeiro dia de debates do 4º comitê da Assembleia Geral, Israel declarou possuir uma bomba atômica. Durante as discussões sobre a Autoridade Nacional Palestina e a questão dos assentamentos e fronteiras com Israel, dois documentos que sugeriam discutir as áreas de soberania na região foram propostos.

Até a apresentação do terceiro documento, nenhum dos representantes palestinos ou israelenses pareciam dispostos a solucionar o caso. Devido às acusações da Palestina, Israel declarou ter a posse de armamento nuclear de destruição em massa, em uma clara tentativa de coagir seu interlocutor.

O terceiro documento provisório, proposto por Palestina, Irã e Venezuela, ao contrário dos documentos anteriores, não apenas norteou o assunto. Nesse, foi exigido um posicionamento de Israel, a fim de que o comitê consiga chegar a uma solução.

Por **Helena Jensen**



Afghan's question headed to sovereignty discussions

An alignment was clearly seen with the evolution of debates

The first working paper was elaborated for the delegations of Luxemburg, United States and Lithuania as signatories. The same was an agenda proposal that included topics as the NGO'S actuation on human rights, violence against women, drug rehabilitation and corruption. The delegation of China alarmed Afghanistan need of political independence and sovereignty. UNAMA'S efficiency was also questioned in the committee.

The United States delegates affirmed that the forcers training must continue in the country as bilaterally agreed between the USA and Afghanistan. The other nations continued raising the point that peacekeeping missions where the only ones that might continue. Ruanda's delegates reaffirmed the worry concerning military troops, even trainer ones. The return of ISAF missions and no combat missions in field was proposed by the delegate of Luxemburg. Combat troops are any longer needed to deal with the Taliban question, said the delegate of United Kingdom agreeing with the Luxembourgian representative.

The main point of the debates was the substitution on NATO forces for UN forces in the territory. Clearly the American delegates where having difficulty with the committee to understand that the Stratus of force agreement where already happening with NATO and the bilateral agreement of the USA and the Afghan government assistance forces were something already done, and non-combat forces.

Por **Julia Rodrigues**

EUA e URSS fazem acordos

Consenso norte americano e soviético surpreendem todos presentes na sessão em plena Guerra Fria

Hoje na primeira e segunda sessões do Conselho de Segurança histórico com o tema da questão do Camboja, pode se observar uma cena pouco usual. Estados Unidos e a União Soviética foram signatários de um mesmo documento provisório. Países declaradamente contrários, principalmente no contexto da época que se passa o comitê (1979).

O documento propôs o desarmamento progressivo das partes envolvidas no conflito cambojano, evitando a volta do Khmer Vermelho ao poder. Em comitês que tratam de questões tão delicadas como essa, quando as partes entram em acordo, quem ganha não é apenas um só país, por ter tido os melhores argumentos ou as melhores fontes, mas sim a diplomacia.

Por **Helena Jensen**

